

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 06.06.2019

Este ano assinala-se o 20.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e, no Dia Mundial da Criança, o Presidente Xi Jinping respondeu a uma carta de alunos de Macau, a fim de incentivar e dar força ao sector educativo, e de manifestar as suas expectativas em relação aos jovens. Com o forte apoio da Pátria, os alunos devem valorizar as oportunidades de aprendizagem, enriquecer-se a si próprios, consolidar a base de conhecimentos e dominar com firmeza a conjuntura do desenvolvimento do País e, especialmente antes do desenvolvimento da Grande Baía, há que ter uma atitude proactiva e inovadora, e enfrentar novos desafios, contribuindo para a Grande Baía e para o País. Tendo em conta as expectativas depositadas nos alunos, os profissionais da educação têm de assegurar o posto de trabalho, autovalorizar-se e esforçar-se por formar os jovens, com inteligência e cultura, e qualidade moral, a fim de contribuir para o bem-estar do País, envidando esforços contínuos para o grandioso renascimento da Nação Chinesa.

Em 2005, o ex-Presidente Hu Jintao também respondeu a uma carta de alunos de Macau, o que mostra a atenção dada pelo País aos nossos alunos e à educação. O Secretário Alexis Tam afirmou, recentemente, que o Governo Central reconhece os esforços do Governo da RAEM, ao longo dos anos, no âmbito da educação, afirmando que vai continuar a prestar atenção à educação e ao desenvolvimento das crianças, e ao aumento do investimento nos recursos educativos. De facto, desde o retorno de Macau à Pátria, o Governo tem vindo a aumentar os recursos na educação, incluindo os 15 anos de escolaridade gratuita, o quadro geral do pessoal docente das escolas particulares e turmas reduzidas, o que contribuiu para elevar o nível e a qualidade do ensino em Macau. Mas o Governo não dispõe de critérios objectivos para o investimento na educação, sendo facilmente influenciado pelos impactos socioeconómicos. A meu ver, o Governo deve criar, de forma científica, um regime de investimentos nos recursos educativos que se adapte à realidade social, definindo a proporção dos referidos investimentos e o respectivo aumento anuais, para permitir que os serviços de educação definam políticas educativas efectivas, com base em dados sistemáticos, sem afectar os recursos educativos devido ao ajustamento da economia.

Creio que, com o apoio contínuo do País para a educação de Macau, e em articulação com o Governo no investimento contínuo e no desenvolvimento da educação, a sociedade e o sector educativo vão envidar esforços conjuntos para assegurar o crescimento dos alunos num ambiente de aprendizagem favorável e de alta qualidade, e assim será possível formar mais talentos, contribuindo para o desenvolvimento do País e de Macau.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 06.06.2019

Melhorar o topo da pirâmide da estrutura dos postos fronteiriços para desviar os visitantes e aliviar a pressão no posto fronteiriço das Portas do Cerco

Recentemente, para salvaguardar a segurança pública, três escadas rolantes do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco tiveram de ser substituídas, o que durou mais de dois meses. No primeiro dia de realização das obras, o grande fluxo de pessoas nas Portas do Cerco aumentou e a Administração teve de activar imediatamente medidas de contingência, para implementar, de forma urgente, o controlo das multidões. Os residentes não receberam antecipadamente informações suficientes, e a multidão repentina afectou então a sua saída. Após esta ocorrência, os serviços competentes procederam, de forma activa, a um balanço das experiências adquiridas, aperfeiçoando e optimizando atempadamente as medidas de contingência, tal como a abertura de mais 15 balcões alfandegários provisórios e a divulgação regular de informações alfandegárias, o que, em certa medida, teve efeito positivo, reduzindo a multidão, recuperando a fluidez da passagem alfandegária, diminuindo o impacto causado pelas obras referidas e alcançando também o reconhecimento da população.

Embora a Administração possa lidar com o impacto resultante das referidas obras, o que desperta a atenção da sociedade é a capacidade demasiado elevada de recepção de visitantes no posto fronteiriço das Portas do Cerco. Uma vez que Macau se posiciona como centro mundial de turismo e lazer, os turistas de todos os lugares são a força motriz do seu desenvolvimento económico. Segundo as estatísticas, de Janeiro a Março deste ano, o número de entradas e saídas atingiu 48,4 milhões. Analisando os respectivos dados nos postos fronteiriços, verifica-se que, ao longo dos anos, muitos residentes e turistas ganharam o hábito de passar pelas Portas do Cerco e, com o aumento constante dos turistas, a pressão na passagem alfandegária das Portas do Cerco também aumentou constantemente, ultrapassando até a carga inicialmente prevista. O desvio nas entradas e saídas dos passageiros através da Ponte Flor de Lótus e da Ponte do Delta não tem sido ideal, porque os seus postos fronteiriços não conseguiram partilhar a pressão existente nas Portas do Cerco, e os serviços

competentes e o pessoal da linha de frente têm de enfrentar constantemente os desafios vindos dos riscos de segurança nas Portas do Cerco.

Face à oportunidade da integração de Macau no desenvolvimento do País e ao impulsionamento da construção da Grande Baía, será mais frequente o fluxo de pessoas e de mercadorias entre as 3 cidades, e é essencial a interligação das infra-estruturas e a fluidez da passagem alfandegária. Graças ao grande apoio do Governo Central e à articulação com o Governo da província de Guangdong, as obras de ampliação do posto fronteiriço da Flor de Lótus, decorrente da sua mudança para a Ilha de Hengqin, e as de construção do Posto Fronteiriço Qingmao decorrem dia e noite, com a possibilidade de conclusão até ao final deste ano. Nessa altura, Macau terá 5 postos fronteiriços terrestres, o que se traduzirá numa nova ronda de oportunidades para o seu desenvolvimento, a par de poder atenuar a pressão no posto das Portas do Cerco e facilitar a deslocação dos residentes, por isso, a sociedade deposita grandes esperanças nisto. Com a conclusão sucessiva das infra-estruturas desses postos fronteiriços, como é que se pode fazer bem os trabalhos do topo da pirâmide a favor do escoamento nos postos fronteiriços, maximizando os seus efeitos e facilitando a passagem transfronteiriça dos residentes, são os aspectos que atraem a atenção dos residentes. Em particular, há que proceder ao planeamento científico sobre os efeitos dos diversos postos fronteiriços no desenvolvimento de longo prazo da cidade, a fim de maximizar as suas funções em prol da fluidez ordenada de pessoas, veículos e mercadorias.

Proponho, então, o seguinte: 1. Aproveitar bem as instalações dos postos fronteiriços. Quanto ao posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, há que reforçar a comunicação e a coordenação com os serviços competentes do Interior da China, para assegurar o apoio e a articulação devidos, a fim de melhorar, em conjunto, o trânsito dos postos fronteiriços dos dois lados e disponibilizar pessoal para aumentar a respectiva capacidade, salvaguardando a fluidez de pessoas e veículos, e facilitando a deslocação dos residentes que têm uma vida transfronteiriça. Mais, o posto fronteiriço Qingmao deve passar a ser o de entrada dos alimentos frescos e vivos em Macau, o que contribuirá para a ligação do mercado abastecedor desses alimentos na Ilha Verde com o matadouro ali localizado, baixando assim o risco para a segurança do respectivo

transporte. 2. Reforçar o topo da pirâmide a favor do escoamento nos postos fronteiriços. Há em Macau diversos postos fronteiriços: o Parque Industrial Transfronteiriço na Ilha Verde, os postos fronteiriços das Portas do Cerco, da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, etc., e está em curso a construção de dois postos fronteiriços, Hengqin e Qingmao. No futuro, há que definir com maior precisão o posicionamento de cada posto fronteiriço, para maximizar o efeito do fluxo de pessoas, veículos e mercadorias. Proponho ao Governo que adopte medidas preventivas, procedendo, sob o enquadramento do planeamento geral urbanístico, ao planeamento pormenorizado do desenvolvimento de cada posto, fazendo bem o topo da pirâmide e melhorando as instalações complementares, para os efeitos de escoamento dos diversos postos fronteiriços serem reintegrados, acabando com a situação caótica nas Portas do Cerco, devido ao fluxo diário de pessoas, veículos e mercadorias.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng José em 06.06.2019

Criação de um fundo especial para promover a integração e o desenvolvimento na Grande Baía

O Plano de Desenvolvimento da Grande Baía demonstra a vontade e a determinação do Estado em promover a cooperação entre Hong Kong, Macau e o Interior da China, sendo uma medida importante do Governo Central para a integração de Macau no desenvolvimento do País e para a manutenção da prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo. No passado, Guangdong, Hong Kong e Macau criaram, com sucesso, alguns mecanismos de ligação e cooperação intergovernamentais, nomeadamente a “Conferência Conjunta de Cooperação entre Guangdong e Macau”, a “Conferência Conjunta de Cooperação entre Guangdong e Hong Kong” e a “Reunião de alto nível de cooperação entre Hong Kong e Macau”, e criaram diversos canais para colaboração com a sociedade. Além disso, sob a liderança do Conselho do Estado, criou-se o Grupo de Líderes para o Desenvolvimento da Grande Baía, para concretizar os objectivos e as tarefas previstas no “Acordo-Quadro para o Reforço da Cooperação Guangdong-Hong Kong-Macau e Promoção da Construção da Grande Baía” e nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía”. A integração no desenvolvimento do País e a promoção da integração da Grande Baía são tarefas históricas importantes e de grande significado para Macau.

As “Linhas Gerais” têm 49 pontos estreitamente relacionados com Macau e classificam Macau como uma das quatro “Cidades Centrais” da Grande Baía, para Macau poder desempenhar um papel de motor essencial e dinamizar o desenvolvimento desta Baía, o que demonstra, sem dúvida, a elevada confiança e as expectativas do País em relação a Macau. Para o cumprimento das tarefas históricas conferidas pelas Linhas Gerias, o Governo deve mostrar, activamente, a determinação de Macau em contribuir para a construção da Grande Baía, e uma das formas mais claras e fáceis de o quantificar é a contribuição financeira. Com base nos cerca de 570 mil milhões da reserva financeira saudável, que integra a básica e a extraordinária, o Governo afirma que vai criar, na segunda metade deste ano, o Fundo para o Desenvolvimento e Investimento de Macau, que é uma

empresa independente detida pelo Governo e funciona sob o modelo comercial, para investir nos projectos constantes das Linhas Gerais, e concretizar, através da Grande Baía, a diversificação económica e do emprego, em prol do desenvolvimento saudável de Macau. Para se atingir também o objectivo de elevar a competitividade de Macau, sugiro o seguinte:

Primeiro, criação dum ambiente energético para o empreendedorismo juvenil. Sugere-se ao Governo que recorra a fundos de empreendedorismo e de investimento para incentivar as entidades privadas e os investidores de risco, locais ou do exterior, a proporcionar aos jovens empreendedores facilidades de financiamento, aproveitando as suas ideias comerciais. Neste momento, com o apoio do Governo e do Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia (FDCT), os projectos de *startup* podem receber alguns apoios financeiros durante as fases de *pre-seed* e *seed*, mas o montante do investimento necessário vai aumentar à medida que os projectos e as empresas se desenvolvem, portanto, é comum depararem-se com insuficiência de capital no período de investimento *pre-A round* ou *A round*. A indústria tecnológica da Grande Baía passa gradualmente a ter como suporte a integração das tecnologias e dos serviços financeiros inovadores, portanto, para criar um ambiente energético para as *startup*, sugere-se ao Governo que adopte um modelo em que seja ele próprio a desempenhar o papel de orientador e as empresas o papel de sujeito, para incentivar os investimentos das entidades privadas e dos investidores de risco, e que promova as facilidades de investimento e de financiamento transfronteiriços.

Segundo, empenhamento na formação de quadros qualificados na área da inovação tecnológica. Nas Linhas Gerais, propõe-se incentivar a colaboração entre as instituições de ensino superior de Guangdong, Hong Kong e Macau na criação de instituições de ensino e de programas académicos, laboratórios e centros de estudo com vantagens competitivas. Tudo isto demonstra bem que o intercâmbio académico não deve estar sujeito a limitações geográficas, pois mais interacção e progresso são o que mais desejam os investigadores. Macau é uma parte importante na criação do corredor de inovação tecnológica "Guangzhou-Shenzhen-Hong Kong-Macau", portanto, sugere-se ao Governo que recorra ao Fundo de Educação para incentivar a criação de sucursais das instituições de investigação e dos laboratórios de referência nacional de Macau na

Grande Baía, e que promova a partilha dos resultados das investigações científicas entre três regiões, a criação de melhores universidades e programas de nível mundial, e a cooperação e o intercâmbio no âmbito da formação de quadros qualificados.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 06.06.2019

Dar importância ao ambiente de crescimento das crianças e estudar a criação de uma cidade amiga das crianças

As crianças são a pedra basilar do desenvolvimento da sociedade. No passado Dia Mundial da Criança, o Presidente Xi Jinping respondeu às cartas dos alunos da primária da Escola de Talentos Anexa à Escola Hou Kong, para os incentivar e enviar votos de felicidades, demonstrando a importância e o carinho dos dirigentes do País em relação ao desenvolvimento das crianças de Macau.

Há 30 anos, as Nações Unidas aprovaram a Convenção sobre os Direitos da Criança, que se aplica em Macau. Recordando o passado, o Governo investiu muitos recursos em várias medidas de benefício social, para reforçar as garantias dos direitos e interesses das crianças, por exemplo, cuidados de saúde gratuitos, 15 anos de ensino obrigatório, a melhoria da legislação para protecção dos menores, e a criação da Comissão dos Assuntos das Mulheres e das Crianças.

Com a mudança constante do ambiente social e o crescimento populacional, reduziu o espaço habitacional e em geral, logo, reduziu também o espaço para as crianças. E mais, nos últimos anos, têm-se registado casos de *bullying* nas escolas, abuso sexual e maus tratos. Para concretizar a referida Convenção, entendo que o Governo deve continuar a aperfeiçoar o seu trabalho no âmbito do planeamento urbano e ambiental, da construção e concepção urbana e da protecção da segurança das crianças, e deve ainda incluir o conceito de “ter por base as crianças” nas diversas políticas públicas e projectos de construção, para transformar Macau numa “cidade amiga das crianças” e criar um ambiente melhor para o seu crescimento.

“Cidades amigas das crianças” é o conceito formulado, em 1996, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, com o objectivo de incentivar as regiões a construir cidades amigas e mais adequadas ao crescimento das crianças, para se poder assim proteger melhor os seus direitos. Uma cidade amiga deve ter 11 características: as suas crianças terem capacidade para influenciar as políticas públicas para as crianças, liberdade de expressar as suas opiniões sobre a cidade e um ambiente seguro, higiénico e ecológico; não haver violência; ter recintos de

diversão e possibilidade de participação em actividades culturais e sociais, entre outras. De facto, a cidade de Shenzhen, uma das quatro principais cidades da Grande Baía, já formulou, em 2016, o objectivo de criar uma “cidade amiga das crianças”, e elaborou o “Plano estratégico para a construção da cidade amiga das crianças (2018-2035)”; a cidade de Changsha, na Província de Hunan, também formulou o conceito de “Olhar para a cidade com um metro de altura”, que dá prioridade e tem por base as crianças, para melhorar o ambiente e o espaço comunitário e facilitar a sua vida. Isto merece a ponderação de Macau.

Assim sendo, sugiro ao Governo que inicie, quanto antes, o estudo sobre a criação de uma “cidade amiga das crianças” e o respectivo planeamento global, incluindo:

1. Melhorar o sistema jurídico de protecção da criança e o regime de garantia de cuidados médicos, e concretizar políticas amigas das famílias, com vista a melhorar os cuidados às crianças;

2. No âmbito do planeamento geral urbanístico e das diversas construções públicas, aumentar as instalações de saúde, segurança, educação, serviços sociais e públicos para as crianças;

3. Criar plataformas e vias para as crianças apresentarem opiniões e sugestões, e mecanismos sociais para a participação diversificada das crianças, para que as suas vozes e perspectivas possam ser integradas nas políticas públicas, a fim de se criar um melhor ambiente de crescimento para as novas gerações e de Macau poder avançar com o seu objectivo de ser uma “cidade amiga das crianças”.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 06.06.2019

Há que estudar a criação de um dia dedicado a pais e filhos

Entre o segundo domingo de Maio e o terceiro domingo de Junho, ou seja, num espaço de um mês, há vários dias festivos relacionadas com a família, como o Dia da Mãe, o Dia Internacional da Família, o Dia da Criança, o Dia Global dos Pais e o Dia do Pai, entre outros. Infelizmente, alguns pais, como têm de trabalhar, não podem passar todos esses dias festivos com os filhos.

A família é uma célula da sociedade e, se esta tiver problemas, é difícil haver um tecido social saudável. Após o retorno à Pátria, a economia de Macau registou um crescimento acelerado, e os enormes custos sociais deram origem a vários problemas familiares. Actualmente, é comum que as famílias tenham ambos os pais a trabalharem, e há muitos residentes que trabalham por turnos, o que diminui o tempo de interacção entre pais e filhos. Segundo um inquérito recente, dos 350 alunos do ciclo preparatório inquiridos, 47 por cento ou têm ambos os pais ou um deles a trabalhar por turnos, e 57 por cento destes consideram que o tempo de comunicação com os pais é pouco, o que demonstra que a realidade está muito aquém das expectativas. Os pais têm pouco tempo para conviver com os filhos, não lhes dão carinho, nem os percebem, o que facilita a criação de uma barreira de comunicação, e os torna estranhos e distantes, afectando assim a intimidade familiar e a resistência à adversidade.

As políticas de harmonia familiar foram formuladas há muitos anos e o seu conceito foi aceite pela sociedade, mas o seu desenvolvimento não é o ideal. Para despertar a atenção da sociedade sobre a falta de comunicação entre pais e filhos, e responder às solicitações sociais sobre o aperfeiçoamento daquelas, interpelei oralmente o Governo sobre a possibilidade de o dia 1 de Junho ser dedicado a pais e filhos, mas, lamentavelmente, o Governo disse não ter planos.

Na resposta à minha IO, o Secretário Alexis Tam afirmou que todos os dias são dias festivos para pais e filhos; segundo esta lógica, qual é então o objectivo da criação do “Dia do Idoso”? Acho que a criação daquele dia pode despertar a atenção da sociedade sobre a importância da família e das políticas familiares; e

contribuir para a promoção das políticas de harmonia familiar, tornando mais evidentes os respectivos efeitos, tal como os efeitos positivos de muitos dias internacionais. O Governo deve mudar de atitude e de ponto de vista sobre as políticas familiares; e, na sua definição, deve alterar as políticas familiares de “remediação” destinadas apenas às famílias problemáticas, rumo a políticas “universais” destinadas à maioria das famílias, passando da “ajuda às famílias” para “investimento nas famílias”.

Espero que o Governo pondere esta proposta de criação do “Dia festivo para pais e filhos”, tomando uma atitude mais activa para promover o desenvolvimento contínuo das políticas de harmonia familiar, transformando a família numa pedra basilar para a harmonia e a estabilidade da sociedade.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 06.06.2019

A entrada em funcionamento do metro ligeiro está prevista para o final deste ano. As autoridades estão a preparar a criação da empresa do metro ligeiro no 2.º semestre deste ano e a realizar os testes finais. O metro ligeiro é um projecto de avultado investimento que se desenvolve há vários anos, e agora só a Linha da Taipa vai ser aberta, mas a sociedade está muito atenta ao futuro funcionamento do metro ligeiro e aos serviços prestados, esperando que a linha da península de Macau e outras linhas sejam abertas o mais rápido possível, para aquele desempenhar melhor o seu papel no centro modal de transportes terrestres.

Além disso, a sociedade está atenta às despesas com o metro ligeiro. O Governo subsidia anualmente os autocarros com cerca de mil milhões, e o número médio de passageiros por dia é superior a 600 mil. Segundo os dados do Governo, foram pagos à MTR de Hong Kong 5880 milhões para os trabalhos da fase preparatória do sistema de metro ligeiro, os primeiros cinco anos de operação e os serviços de manutenção. Por outro lado, as despesas com o pessoal da empresa do metro ligeiro totalizam cerca de 80 milhões e, somando as despesas anuais de 30 milhões com electricidade nas estações, prevê-se que a estimativa do subsídio anual só para a linha da Taipa seja superior a mil milhões. Tomando como referência o relatório de auditoria, estima-se que o fluxo diário de passageiros na Linha da Taipa seja de cerca de 30 a 70 mil, portanto, são realmente baixos os benefícios do metro ligeiro. Mais, com a entrada em funcionamento da estação da Barra, e das Linhas de Seac Pai Van, de Leste e de Hengqin, as despesas globais serão ainda maiores.

É evidente que o metro ligeiro é uma parte integrante importante dos transportes terrestres e, em termos de benefícios sociais, não pode ser avaliado simplesmente pelo rendimento contabilístico. Como isto diz respeito a avultadas despesas, para evitar que venha a ser um grande encargo financeiro para a RAEM, o Governo deve tomar medidas preventivas para manter as despesas do metro ligeiro num âmbito razoável, bem como proceder ao planeamento, controlo e fiscalização, a fim de alargar as fontes e poupar recursos, para assegurar a utilização racional do erário público.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. As tarifas do metro ligeiro devem ser diferentes para visitantes e residentes, devendo manter-se os benefícios para os segundos. Como a Linha da Taipa do metro ligeiro faz a ligação ao aeroporto e ao terminal marítimo, e passa por diversos grandes estabelecimentos hoteleiros, esta tende a servir, funcionalmente, os visitantes. De um modo geral, os visitantes dão mais importância à comodidade e experiência, e, se a tarifa é racional, mesmo mais alta do que a dos residentes, creio que não há problema. As receitas das tarifas ajudarão a reduzir o valor dos subsídios provenientes do erário público.

2. Na altura do planeamento do sistema de metro ligeiro, o Governo não tomou em conta os elementos comerciais, o que resulta na necessidade de contar com os subsídios do erário público. Como o planeamento da Linha Leste ainda está na fase preliminar, o Governo deve ter uma mentalidade aberta, não se limitando a estudar os traçados e percursos do metro ligeiro a construir, devendo ainda introduzir elementos comerciais, por exemplo, a instalação de uma zona comercial nas superestruturas do metro ligeiro e a disponibilização de espaço para publicidade nos arredores para ampliar as receitas.

3. Para promover o desenvolvimento saudável do sector do jogo na próxima fase, o Governo está a estudar a revisão do regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino. Este sector, enquanto pilar económico local, está a beneficiar da construção urbana. Das receitas da exploração desses jogos, o Governo pode considerar proceder, no futuro, à dotação de uma verba para subsidiar o transporte em geral, resolvendo, a longo prazo, a questão dos recursos para a operação do metro ligeiro e dos autocarros.

4. O prazo do contrato celebrado pelo Governo e pela MTR é de 5 anos. Agora é ainda cedo para proceder à avaliação da qualidade dos serviços da MTR, mas o Governo deve ficar preparado, esforçando-se na formação da equipa local para, aquando do termo do contrato ou quando se registar qualquer mudança de situação, ter margem de optar, evitando encontrar-se numa situação passiva.

No fim, a Sociedade do Metro Ligeiro de Macau, S. A., a constituir no segundo semestre deste ano, é uma empresa com capitais públicos. Quanto a este tipo de empresas, o Governo carece da devida regulamentação. Pelo exposto, solicito ao Governo que defina, quanto antes, um regime de fiscalização efectiva, reforçando a fiscalização aos bens financeiros, às pessoas e ao funcionamento, para garantir que o funcionamento das respectivas empresas corresponda ao interesse público.

IAOD da Deputada Chan Hong em 06.06.2019

Formar talentos para não desiludir o Presidente

Há dias, o presidente Xi Jinping respondeu a uma carta dos alunos do ensino primário da Escola Hou Kong, manifestando a sua satisfação pelo facto de estarem conscientes de que o País é o forte apoio de Macau, dizendo que os estudantes devem continuar com as boas tradições de amor à Pátria e a Macau, e a valorizar o tempo e a aprender diligentemente, para contribuir para Macau e para a prosperidade da China. As afirmações do Presidente são uma profunda inspiração para o sector educativo.

Ao longo dos 20 anos desde o retorno de Macau à Pátria, obtiveram-se bons resultados na elevação da qualidade do ensino, na continuação das tradições de amor à Pátria e a Macau, e na promoção do desenvolvimento dos estudantes, em especial, tendo em conta que o Governo definiu, nos últimos anos, estratégias de longo prazo para a formação de talentos, o que contribuiu para elevar o desenvolvimento da educação de Macau para um novo patamar.

Atendendo à resposta do Presidente, primeiro, creio que o Governo da RAEM deve aumentar o investimento na educação para promover o desenvolvimento estável do sector educativo. O investimento educativo é uma aposta estratégica e fundamental, que sustenta o desenvolvimento a longo prazo de quaisquer países e regiões, constituindo uma base material importante para o desenvolvimento da educação. Ao longo destes 20 anos, o Governo tem atribuído grande importância à educação e tem investido cada vez mais recursos nesta vertente, e os estudantes têm a oportunidade de receber educação em pé de igualdade. Na nova conjuntura, a aceleração da formação de talentos de alta qualidade exige o aumento contínuo do investimento na educação e a melhoria constante das condições de ensino. O sector educativo tem exigido às autoridades a criação de um mecanismo permanente para o investimento na educação. Espero que estas continuem a dar prioridade ao desenvolvimento da educação e implementem políticas e medidas para aumentar esse investimento, assegurando o desenvolvimento sustentável e estável do sector educativo de Macau.

Segundo, há que criar um ambiente educativo de qualidade e promover o

desenvolvimento físico e psicológico dos estudantes. Um ambiente educativo de qualidade é um factor crucial para elevar o nível da formação de talentos. A área das escolas é pequena e o espaço de actividades dos alunos é insuficiente, o que afecta, em grande medida, a aprendizagem e o desenvolvimento físico e psicológico das crianças e jovens. O Governo da RAEM empenha-se na promoção das “obras de céu azul”, para resolver as dificuldades das escolas instaladas em pódios e apoiar algumas escolas na reconstrução ou ampliação das suas instalações, e obteve um determinado sucesso. Face ao aumento dos terrenos recuperados e conquistados ao mar, verifica-se um aumento significativo dos recursos de solos, por isso, futuramente, haverá condições para reservar mais terrenos para fins educativos. Espero que o Governo proceda, quanto antes, a um planeamento sistemático e de longo prazo sobre os terrenos educativos e o ambiente escolar, para melhorar as condições de ensino das escolas, nomeadamente, deve reforçar o apoio às escolas desfavorecidas e às do ensino especial, a fim de alargar o espaço para a educação e para as actividades dos alunos, com vista a promover o desenvolvimento da sua saúde física e mental e a estimular a sua imaginação e criatividade.

Terceiro, há que reforçar a formação de talentos e construir plataformas para o desenvolvimento dos estudantes. As escolas devem continuar a aprofundar a educação cívica e a educação sobre o País, a Lei Básica e a Constituição, para permitir que os alunos transmitam e promovam a cultura e as boas tradições chinesas, incrementando o seu sentido de responsabilidade perante Macau, o País e a Nação. O Governo deve agarrar a oportunidade da construção da Grande Baía, para promover e reforçar a comunicação e cooperação das escolas e docentes locais com os do Interior da China, no sentido de concretizar a complementaridade de vantagens e de orientar os estudantes jovens a fazerem o planeamento da carreira e a terem sonhos em conjugação com o desenvolvimento do País, alargando-se assim os seus horizontes e o espaço de desenvolvimento.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 06.06.2019

O IAM necessita de uma coordenação eficaz no desenvolvimento das obras para atenuar os inconvenientes causados aos utentes

Nos últimos anos, o órgão municipal desenvolveu muitos trabalhos para melhorar o ambiente de compras e negócios nos mercados. Quanto ao Mercado Vermelho, com uma história de mais de 80 anos, apesar da sua popularidade, como já foi inaugurado há muito, as pequenas obras de reparação já não conseguem resolver os problemas de deterioração, e é necessário instalar aparelhos, tais como de ar condicionado, para melhorar o ambiente, assim, o Governo decidiu o seu reordenamento. Em Janeiro do ano passado, o Governo afirmou que ia realizar as obras de reordenamento em Setembro e, para tal, em Julho procedeu ao sorteio das bancas do Mercado Provisório do Patane para a transferência dos vendilhões do Mercado Vermelho, mas as obras não se iniciaram na data prevista. Em Dezembro do ano passado, o Conselho do Planeamento Urbanístico (CPU) discutiu o projecto da planta de condições urbanísticas das obras de reordenamento e optimização do Mercado Vermelho, mas só há dias é que o IAM revelou a necessidade de ouvir outros serviços públicos por o edifício em causa ter a ver com o património cultural. Depois de mais de meio ano de discussão com o Instituto Cultural, ainda não se chegou a um consenso sobre os materiais de consolidação a usar no interior, por isso, o concurso público para as obras ainda não se realizou, então, é de crer que é impossível avançar com as obras em breve.

O adiamento constante das obras de reordenamento do Mercado Vermelho perturba o plano dos vendilhões. O que mais preocupa os vendilhões é que as obras, uma vez iniciadas, enfermem facilmente do seu vício, isto é, os “habituais atrasos”. Como as obras têm implicações para o património cultural, é necessário um tratamento cuidadoso para evitar danos. Já passou mais de um ano depois de o Governo ter avançado com o plano no início do ano passado, e também decorreu uma série de procedimentos legais, mas tudo está estagnado na fase de negociações com outros serviços públicos e não se sabe quando será a sua conclusão. Porquê? A maior preocupação é o facto de, no passado, ter havido atrasos nas obras com projectos de reordenamento ou de reconstrução dalguns mercados ou zonas de vendilhões, embora os vendilhões e os cidadãos tivessem querido colaborar. Devido à realização das obras, é necessário suspender o

negócio dos vendilhões ou mudar temporariamente as suas bancas, o que afecta a sua vida. O IAM tem, pois, de coordenar eficazmente a realização das obras e de fiscalizá-las bem, a fim de minimizar os prejuízos para o negócio dos vendilhões e os inconvenientes para os residentes.

São ainda muitos os casos de atrasos das obras do IAM. Por exemplo, a obra de embelezamento do pavimento da zona de lazer do reservatório, iniciada em Setembro passado e com conclusão prevista para finais de Janeiro, só terminou em Abril; as de optimização das instalações de diversão infantil das zonas de lazer da Praça de Ponte e Horta e da Rua Central da Areia Preta, iniciadas em 3 de Dezembro passado, com prazos de cerca de 50 e 80 dias úteis, arrastam-se e estão por concluir, aliás, segundo alguns residentes, a da Praça de Ponte e Horta já se encontra parada há muito tempo, e é raro ver alguém a trabalhar. O IAM, como responsável, tem de efectuar uma boa fiscalização, para garantir a conclusão das obras dentro do prazo; em caso de atraso, tem de ter meios e mecanismos para indicar os motivos de autorização da prorrogação do prazo, em prol da fiscalização da sociedade; e, se a prorrogação for da responsabilidade do empreiteiro, tem de aplicar sanções nos termos legais, etc. Mas o IAM não tem nenhum mecanismo permanente para esclarecer o público sobre os motivos dos atrasos!

As obras do IAM não são consideradas de grande dimensão, quando comparadas com outras obras públicas. Mas são obras de embelezamento das vias, reordenamento dos mercados e das zonas dos vendilhões, optimização dos jardins e zonas de lazer, que estão intimamente relacionadas com as deslocações e a vida quotidiana dos cidadãos, e que implicam encerramento de estabelecimentos e fecho de vias, constituindo incómodos para os utentes, assim, não se deve ignorar o impacto na vida da população. Solicito ao IAM que aperfeiçoe o mecanismo de fiscalização das obras de adjudicação, para reduzir as situações de atraso; no caso de atraso, tem de ter mecanismos para esclarecer o público; quando se tratar de tarefas interserviços, tem de ser activo na comunicação, e, perante dificuldades na coordenação no próprio serviço, há que contar com a intervenção do superior, para evitar que o início das obras seja afectado pelo tempo gasto na coordenação.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 06.06.2019

Foi tornada pública, na página electrónica do Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas, a adjudicação à *Guang Dong Nam Yue Group Corporation Limited* do “Novo acesso Guangdong–Macau – empreitada de construção do edifício sul do posto fronteiriço Qingmao e centro de exposição de produtos de qualidade de Guangdong e Macau” e do “Novo acesso Guangdong–Macau – reordenamento do Canal dos Patos” pelo preço, respectivamente, de 1,433 milhões e 1,546 milhões de patacas, cujo prazo de execução se prolonga até Dezembro de 2020. Até que enfim se conhecem alguns avanços no projecto do novo acesso Guangdong-Macau, que tem vindo a ser acompanhado com grande atenção pela sociedade.

O posto fronteiriço terrestre das Portas do Cerco-Gongbei é actualmente o mais importante para Macau e onde se regista a maior movimentação em toda a China. Segundo a Polícia de Segurança Pública, em 2018 passaram por esse posto fronteiriço cerca de 135 milhões de pessoas, o correspondente a 75 por cento da totalidade das entradas/saídas. É, portanto, grande a pressão. Segundo o Governo, o futuro novo acesso Guangdong-Macau (posto fronteiriço de Qingmao) vai funcionar 24 horas por dia, exclusivamente com sistema de passagem automática para peões, sem acessos para veículos automóveis, com aplicação do modelo de “inspecção fronteiriça integral”. Com a entrada em operação do novo acesso Guangdong-Macau, creio que a pressão do posto fronteiriço das Portas do Cerco, bem como do respectivo terminal de autocarros, será, em larga medida, aliviada. A par disto, vai ser ainda construído um corredor de travessia fronteiriça totalmente hermético sobre o Canal dos Patos, com 400 metros de comprimento, para materializar a ligação mais expedita entre o metro de Cantão-Zhuhai e o metro de Macau, atraindo ainda mais a utilização desse novo acesso por parte dos visitantes e residentes da zona nordeste. Mas, para o novo acesso Guangdong-Macau surtir os efeitos de dispersão e de alívio da pressão do posto fronteiriço das Portas do Cerco, há toda a necessidade de criar meios rápidos complementares de trânsito para evitar que se torne num novo problema social.

Mais, com o rápido desenvolvimento da zona noroeste de Macau nos últimos anos, e com a conclusão e ocupação sucessiva das novas habitações públicas, a sua população tem vindo a aumentar significativamente, o que faz com que a pressão do trânsito nesta zona seja cada vez maior, a que se junta a das zonas da Ilha Verde e do Fai Chi Kei, densamente povoadas, e, como as deslocações dos residentes destas zonas ainda não foram resolvidas, muitos residentes receiam que a entrada em funcionamento do Posto Fronteiriço Qingmao agrave ainda mais a capacidade da rede viária desta zona e a transforme numa cópia dos problemas de trânsito da zona da Pérola do Oriente.

Assim, apelo ao Governo da RAEM para, além de reforçar a cooperação interdepartamental, divulgar oportunamente as informações pertinentes, para assegurar que as obras de construção do Novo Acesso Guangdong-Macau e do referido Centro de Exposição, e da reabilitação integrada do Canal dos Patos possam ser concluídas nos prazos definidos e com garantia de boa qualidade, e que o Posto Fronteiriço Qingmao possa entrar em funcionamento dentro do prazo previsto. Mais, deve ainda proceder-se à revisão do estado da periferia do posto fronteiriço das Portas do Cerco e da rede viária da zona noroeste de Macau, bem como ao planeamento do trânsito e das suas instalações complementares, estudar-se a construção de um complexo de trânsito integrado no parque de estacionamento, com um terminal de autocarros, estação de táxis, estação do metro ligeiro e passagem superior pedonal e, ao mesmo tempo, através da optimização do sistema pedonal da zona noroeste e da articulação com a nova via, preparar atempadamente o futuro plano dos transportes públicos, para responder às eventuais situações de travessia de grande fluxo de pessoas e evitar as confusões de trânsito, com vista a reduzir os impactos negativos que a abertura do Posto Fronteiriço Qingmao possa trazer aos residentes das imediações.

2019-06-06 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA - “Ainda o escândalo na contratação de intérpretes-tradutores do interior do continente pelo Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação entre a China os Países de Língua Portuguesa, prejudicando gravemente os interesses dos tradutores locais”

Vamos celebrar brevemente vinte anos da RAEM e cerca de dezasseis anos da criação do Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Pelo meio, teremos a eleição do novo Chefe do Executivo na esperança que as “coisas” melhorem, onde escândalos não faltaram e na maior parte das vezes ninguém da tutela dos serviços esteve disposto a assumir responsabilidades.

Há mais de uma década, que o Chefe do Executivo e alguns titulares dos principais cargos públicos têm, quase sempre, discursado e invocado a importância dos princípios “Um País, dois sistemas” e a necessidade de diversificar a economia para não depender quase exclusivamente da actividade casineira.

E o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente que foi criado em 2003 tornou-se numa importante plataforma supostamente para ajudar na criação de novas empresas e mais postos de trabalho.

Mas não é isso que está a acontecer na prática face à opacidade do seu modelo de gestão e funcionamento interno e externo e os resultados não aparecem.

Ou seja, esta instituição que será brevemente transformada numa nova Direcção de Serviços, seguindo as pegadas das recentes elevações dos Gabinetes a Direcções de Serviços Públicos vai aumentar os seus quadros de recursos humanos sem deslumbrarem metas e objectivos concretos que devem ser alcançados a médio e longo prazo para justificar o uso do erário público.

Chamo, mais uma vez, a atenção das tutelas que intervêm nestes processos de reestruturação de serviços públicos de que devem escrutinar melhor todo o seu processo de reestruturação e funcionamento para deixarem de ser uma aparente “agência de viagens” aos olhos da opinião pública porque o Gabinete de Apoio existe e sobrevive, como disse, à custa dos dinheiros dos contribuintes.

Há bastante tempo que o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente “anda doentio” e a tutela vai mudando de coordenadores na tentativa de “curar” uma doença que aparentemente parece “incurável”. Com tanta “gente” a “intrometer-se” na gestão interna do Gabinete de Apoio desde Chefes de Gabinetes, Assessores, e pessoal estranho) não espantam orientações contraditórias que resultam em decisões erradas, como este recente,

caso de “enfiar” amigos no Gabinete de Apoio talvez em troca de favores para subir mais um degrau na hierarquia ou ser mais influente dentro da estrutura tutelada pelo Secretário para a Economia e Finanças.

As desculpas esfarrapadas de que os tradutores locais não detém conhecimentos suficientes da realidade nacional chinesa só causam espanto e desprezo por quem as proferiu. O facto de dominarem mandarim de segunda classe significa mais a passagem de um autêntico certificado de incompetência ao ensino ministrado pelo IPM, que ainda recentemente o seu ex-dirigente máximo foi galardoado pelo Presidente da República Portuguesa aquando da sua passagem por Macau.

E o facto dos intérpretes tradutores não dominarem bem as técnicas de tradução e interpretação só merecem meu total repúdio e uma chamada especial de atenção do Senhor Chefe do Executivo prestes a cessar as suas importantes funções de dirigente máximo da RAEM para que tenha uma especial atenção para com os intérpretes-tradutores locais que nos últimos dez anos tanto contribuíram para o seu cabal exercício de funções de dirigente máximo da RAEM. Já agora, os intérpretes-tradutores queriam perguntar se o Chefe do Executivo que tantas vezes se desloca ao interior do continente também precisa de contratar intérpretes-tradutores do interior do continente com conhecimentos da realidade nacional do interior da China? Enfim, não fossem as queixas dos próprios intérpretes-tradutores, este assunto seria facto consumado e serviria de exemplo para mais serviços públicos importarem mão-de-obra barata e obediente do interior do continente.

Enquanto a maioria dos jovens que “sonham” trabalhar na função pública tem de passar por dolorosos e prolongados processos de avaliação de conhecimentos, outros caem de para-quedas ou entram pelas portas traseiras em velocidade de foguete. Tudo feito na “escuridão” e prejudicando os interesses dos intérpretes locais.

Ao dizerem que os intérpretes locais não tem conhecimento da realidade nacional do interior do continente após vinte anos da RAEM estão também a passar um atestado de incompetência aos professores do Instituto Politécnico de Macau que merecem o nosso maior respeito pela seu empenho e dedicação na formação de quadros locais.

Muito intérpretes-tradutores locais perguntaram-me como é que o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente chegou a estas conclusões? Os intérpretes-tradutores estão à espera de explicações mais detalhadas por parte do Gabinete de Apoio.

Enfim, termino por dizer, que a maioria dos intérpretes tradutores de língua chinesa e portuguesa quer da função pública quer na privada estão tristes e revoltados por o Gabinete de Apoio do Fórum de Macau, a DSAL e os SAFP andarem de “braços dados” violando grosseiramente a Lei de Bases da Política de Emprego e dos Direitos Laborais onde é taxativo que os trabalhadores só podem ser contratados quando vise suprir necessidades temporárias ou insuficiência de intérpretes e só podem estar por um tempo limitado. Bem afirmou, recentemente neste hemiciclo o Secretário para as Obras e Transportes que no caso das obras de Mong-Há só soube que tinham violado leis após notificações dos tribunais. Antes disso, não sabiam, nem queriam saber das leis. Mas depois das notificações começaram cumprir com as leis. Nesta lógica, pode um condutor

dizer que não paga uma multa por mau estacionamento por desconhecer as leis e o local ser proibido de parquear?

É de bradar os céus onde nos chegamos!

Enfim, o próximo Chefe do Executivo que se acautele porque muita “comida estragada” vai sobrar, se não estiver atento!

Muito Obrigado

O Gabinete do Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau aos 06 de Junho de 2019.

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 06.06.2019

Apelo à aceleração da construção de passagens para a combinação entre transportes aéreos e marítimos, para o aproveitamento razoável das vantagens dos terminais marítimos

Atendendo à saturação do Terminal Marítimo do Porto Exterior, em 2003 o Governo começou a preparar a construção dum novo terminal marítimo na Taipa, com a esperança de que este assumisse o papel de posto fronteiriço principal e possibilitasse a ligação com o Aeroporto Internacional de Macau e a combinação entre os transportes aéreos e marítimos, com vista a que os turistas pudessem chegar ao aeroporto sem precisarem de entrar em Macau.

Após mais de dez anos, foi finalmente inaugurado o Terminal Marítimo da Taipa, em 2017, no entanto, desde a sua entrada em funcionamento, apenas é possível a ligação entre transportes aéreos e marítimos, isto é, há que usar o shuttle bus para chegar ao aeroporto. Para concretizar o objectivo da referida combinação, há ainda que esperar pela conclusão das obras da 3.^a fase, que, segundo alguns dados, era suposto acontecer em Maio deste ano, no entanto, na página electrónica do GIT informa-se que há atrasos das obras devido às condições do tempo, sem indicar quando estarão concluídas nem a respectiva entrada em funcionamento.

Mais, o Terminal Marítimo da Taipa custou 3800 milhões, é maior do que o aeroporto, e as despesas com a sua operação atingem 100 milhões por ano. Supostamente, este terminal devia conseguir desviar os turistas dos outros postos fronteiriços, no entanto, desde a sua entrada em funcionamento, há já dois anos, os efeitos não são notórios, e registou-se até uma descida das entradas de turistas pela via marítima, aliás, segundo os dados da PSP, entre Janeiro e Abril deste ano, entraram através do Terminal Marítimo da Taipa menos 36% de turistas, em comparação com o período homólogo do ano passado. Por isso, o aproveitamento razoável deste terminal e o bom uso dos recursos são, nesta fase, trabalhos importantes do Governo.

Face ao exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve divulgar quanto antes a calendarização da conclusão das obras da 3.^a fase do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e concluí-las quanto antes, para que as instalações entrem em funcionamento e façam a ligação ao Aeroporto Internacional de Macau, transformando aquele Terminal num “2.^o Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Macau”, concretizando-se a “combinação entre os transportes aéreos e marítimos”, maximizando os devidos efeitos.

2. Com a entrada em funcionamento da ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau reduziram as entradas de turistas através do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa. O Governo deve definir claramente o posicionamento deste Terminal e alargar as suas funções, por exemplo, ajustando-o para servir de terminal às viagens individuais em barcos de recreio, promovendo a integração de Macau nas rotas turísticas regionais dos barcos de recreio e cruzeiros de pequena e média dimensão, transformando Macau num destino importante para este tipo de turismo de “um percurso com várias paragens”, para diversificação das funções do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa.

3. Com o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, proponho ao Governo que, em conjugação com as necessidades de desenvolvimento dos sectores da logística e das convenções e exposições, aumente a taxa de utilização do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, proporcionando uma força motriz para o desenvolvimento dos diversos sectores.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 06.06.2019

Implementação oportuna do planeamento do trânsito

No final do ano passado, o terminal de autocarros das Portas do Cerco foi reaberto com antecedência em relação ao previsto, o que melhorou bastante o funcionamento dos autocarros e o ambiente de espera para os passageiros. A melhoria notória do trânsito nas imediações foi reconhecida pela população em geral, e o cancelamento dos lugares de estacionamento nas bermas do auto-silo permitiu, assim, o escoamento do trânsito. Daí se verifica que o Governo tem feito, de facto, muito trabalho de reordenamento do trânsito.

É evidente que, todos os dias, os residentes que saem do trabalho e os alunos que frequentam as escolas têm de enfrentar frequentemente engarrafamentos de trânsito e de peões, sendo essa situação mais grave quando há obras nas ruas e também nos dias de chuva, em que o conflito entre peões e veículos é ainda mais visível. Em relação aos recentes incidentes nas passagens pedonais, é necessário reflectirmos se a responsabilidade foi dos condutores, dos peões, ou ainda da política de trânsito de Macau, das instalações e da gestão do trânsito.

Os planos elaborados pelo Governo devem permitir o atenuamento imediato e com uma maior eficiência do problema de trânsito. Espero que o Governo possa tratar, quanto antes, das alterações científicas de alguns equipamentos de travessia pedonal, assim como definir com mais pormenor as infra-estruturas rodoviárias, com vista a garantir melhor a segurança de peões e condutores. Por exemplo, há pouco tempo, sugeri, oportunamente, o planeamento das instalações rodoviárias, com vista à separação entre veículos e peões por meio de passagens pedonais superiores, e de viadutos elevados ou passagens subterrâneas para veículos automóveis. Deve-se também reduzir algumas instalações rodoviárias imperfeitas, por exemplo, eliminar zebras situadas nos troços inicial e final das ruas e, ainda, nas curvas, para melhorar o ambiente rodoviário e de conflito entre peões e veículos, pois acredita-se que essas medidas vão permitir uma gestão melhorada do trânsito, reduzindo os acidentes.

Por outro lado, apresentei recentemente uma sugestão sobre como resolver o actual problema de trânsito num curto espaço de tempo e espero que o Governo

ponderar novamente sobre a medida do corredor exclusivo para ciclomotores e motociclos na Ponte de Sai Van. A questão é: será possível criar uma via especial para ciclomotores e motociclos com horário limitado? Tendo em conta o movimento dos veículos entre Macau e a Taipa, a Ponte de Sai Van já ultrapassou a sua capacidade de circulação. Essa ponte foi inicialmente projectada de acordo com um determinado fluxo de trânsito, mas o encerramento de uma faixa para corredor exclusivo de motociclos tem causado grande impacto no trânsito em geral, o que é uma decisão pouco científica. Só com a implementação plena das medidas é que se pode obter melhores resultados para resolver o problema do trânsito!

IAOD do Deputado Zheng Anting em 06.06.2019

O Governo da RAEM lançou, entre 2011 e finais de 2015, o “Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética”, orientando os comerciantes e as associações para a utilização de equipamentos de consumo eficiente de energia, promovendo uma sociedade de baixo carbono. Até Junho de 2017, o Fundo já concedeu apoio a cerca de 4900 instituições, com um montante de cerca de 400 milhões de patacas e resultados muito satisfatórios. As medidas adoptadas pela Administração em prol da protecção ambiental e da redução de resíduos foram alvo de elogio por parte de muitos cidadãos. Mas, nos últimos anos, muitas PME queixaram-se de que, quando há inspecção às instituições apoiadas, se o Governo verifica que os equipamentos foram substituídos antes do fim do prazo de 5 anos, exige a restituição dos apoios.

O Regulamento Administrativo n.º 22/2011, com o referido plano de apoio financeiro, e o respectivo boletim de candidatura nada referem sobre o prazo de utilização e o tratamento dos equipamentos subsidiados danificados. Só em 2017 é que a DSPA comunicou que o prazo de utilização geral dos equipamentos subsidiados é de 5 anos, e que estes não podem ser retirados ou substituídos. Caso tenham de efectuar alterações significativas nos equipamentos, os beneficiados desse plano devem comunicar isso imediatamente ao Fundo, por escrito, sob pena de se exigir a restituição do montante. O Governo afirmou, depois, que, se as instituições e empresas subsidiadas necessitarem de alterar os equipamentos ecológicos, os subsídios a restituir serão descontados anualmente.

Mas muitos produtos de baixo consumo têm uma vida útil curta. Por exemplo, os primeiros modelos de ar condicionado *Inverter* e de lâmpadas LED avariam após 2 ou 3 anos de utilização, e a reparação custa mais do que comprar novos. Assim, muitos estabelecimentos acabam por substituir os produtos avariados. Especialmente após os tufões, alguns lojistas vítimas de inundações tiveram de fazer obras de remodelação e substituir todos os equipamentos. Só quando receberam a notificação da DSPA é que souberam que deviam devolver os produtos danificados ao Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, caso contrário, tinham de devolver o dinheiro. Em alguns casos, os

lojistas adquiriram produtos de conservação energética, mas 3 ou 4 anos depois tiveram de sair do local e fechar as portas, devido à pressão das rendas ou a outros factores, mas têm de devolver o apoio financeiro, ficando com maior pressão económica.

Na minha opinião, aquando da apresentação do pedido de apoio financeiro à aquisição de produtos e equipamentos para a protecção ambiental e a conservação energética, a DSPA deve esclarecer qual o período de utilização e a forma de tratamento dos produtos subsidiados, em vez de informar *a posteriori*. Para aqueles que já substituíram os equipamentos, o Governo deve ponderar em isentar a devolução do apoio financeiro. Quanto às empresas que recebem o apoio financeiro há menos de 5 anos e que tiveram de sair do local ou fechar as portas, o Governo deve atender à situação real e reduzir o montante do apoio financeiro a devolver. Por outro lado, uma vez que muitos equipamentos de conservação energética, nomeadamente as lâmpadas de baixo consumo, têm uma vida útil inferior a 5 anos, parece-me pouco razoável fixar-se um prazo de 5 anos para a isenção da devolução do apoio financeiro. Deve-se definir prazos diferentes atendendo às características reais desses produtos, para responder às solicitações das entidades em causa.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 06.06.2019

Não é oportuna a atribuição de subsídio aos cuidadores, mas não se pode arrastar mais o apoio às crianças com necessidades especiais

Segundo o relatório de estudo sobre a viabilidade da atribuição dum subsídio aos cuidadores, divulgado recentemente pelo Governo, ainda não é oportuno fazê-lo nem existe uma base apropriada para implementar uma política dessas em Macau. Recomenda-se então o aperfeiçoamento das políticas e do sistema, e espera-se que se aproveitem os próximos três anos para promover essa política.

Já no final de 2017, numa reunião desta Assembleia, referi a grande pressão sentida pelos pais das crianças com necessidades especiais que precisam de intervenção precoce, pois para poderem cuidar das suas crianças, há sempre um deles que tem de se demitir. Assim, para além da diminuição dos rendimentos, ainda têm de suportar as despesas com os diversos tratamentos dos filhos, fisioterapia e terapia ocupacional e da fala, portanto, os encargos económicos são enormes. Mas não se pode perder o período de ouro para tratamento destas crianças, por isso, há que o fazer, mesmo que as despesas sejam muito elevadas. Na altura, apelei ao seguinte: "As crianças não têm tempo para esperar, as famílias mais vulneráveis não têm recursos para poder esperar, e o futuro de Macau não deve esperar!"

Ao fim de quase dois anos a situação destas famílias já conseguiu a atenção da sociedade, mas continua a faltar apoio económico adequado. O referido relatório aponta três dificuldades de implementação: a definição de "cuidador", a determinação dos critérios de saúde física e mental do "cuidador" e a criação de mecanismos de fiscalização. Estas dificuldades são de natureza administrativa e técnica e têm essencialmente a ver com o Governo, e não com quaisquer dúvidas sobre a necessidade dessa política de apoio. A sociedade já conhece bem a situação de cansaço dessas famílias que cuidam de crianças com necessidades especiais, e os seus encargos económicos e psicológicos são visíveis e previsíveis. O Governo já criou mecanismos para avaliar as crianças com necessidades especiais de ensino e de tratamento precoce - o Centro de Avaliação Conjunta Pediátrica e a avaliação destinada à colocação nas escolas - e também já há dados sobre as crianças e alunos com necessidades especiais, portanto, em princípio, o Governo deve conseguir prever o número dos

beneficiários e suportar as despesas com o subsídio. O relatório de estudo focou-se apenas nas dificuldades ao nível da definição e fiscalização, sem ter apresentado soluções para as superar, nem medidas específicas para apoio aos cuidadores de idosos, pessoas portadoras de deficiência e crianças com necessidade de tratamento precoce, o que é lamentável. Já passaram dois anos, e há ainda mais três para promover essa política, ora, dois anos mais três anos significa que as crianças nascidas na altura já vão completar 6 anos, e o período de ouro do tratamento está prestes a acabar, então, quantas gerações de crianças com atrasos no desenvolvimento vão ter ainda de perder este período de ouro?

Mesmo que seja necessário estabelecer um regime de base para a atribuição do subsídio em causa, as autoridades não devem ficar limitadas pelos procedimentos administrativos, devem compreender que é premente dar apoio às famílias com crianças que necessitam de tratamento precoce, e definir, quanto antes, medidas de apoio a curto prazo. Devem ainda avaliar e ponderar seriamente as necessidades das famílias com crianças que têm atrasos no desenvolvimento, e atribuir-lhes subsídios para apoio aos tratamentos, a fim de responder às necessidades prementes desses pais.

Numa perspectiva de longo prazo, para além do tratamento precoce das crianças entre os zero e os seis anos, as autoridades também devem considerar as necessidades das crianças com necessidades especiais no tocante ao tratamento, educação, crescimento e até à integração social. Quanto aos alunos com necessidades educativas especiais, pode-se, em conjugação com a “avaliação para a colocação nas escolas”, atribuir-lhes um subsídio especial de apoio, e as escolas também podem, a qualquer momento, e tendo em conta a situação do aluno, decidir se este necessita de ser transferido para o ensino especial, o que acabará por constituir uma dupla fiscalização, pela DSEJ e pelas escolas, assegurando-se assim os benefícios para estes alunos e o uso racional dos recursos. Este subsídio especial deve variar consoante as situações, por exemplo, o subsídio atribuído às crianças com necessidades educativas especiais ligeiras deve ser suficiente para pagar as despesas com os tratamentos; quando a situação é moderada, deve cobrir as despesas com cuidados médicos e equipamentos auxiliares; e na fase do ensino secundário, os alunos do ensino especial podem usar este subsídio para se inscreverem em cursos de formação profissional, para adquirirem técnicas que lhes permitam trabalhar e integrar-se

nos seus bairros comunitários e na sociedade.

Este ano, comemora-se o 30.º aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, que se aplica em Macau há mais de 20 anos, e no n.º2 do artigo 23.º prevê-se que “os Estados Partes reconhecem à criança deficiente o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajam e asseguram, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança que reúna as condições requeridas e àqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.”. A Convenção aplica-se em Macau, então, para o seu melhor cumprimento e para a articulação com outras regiões desenvolvidas, espero que as autoridades tomem, quanto antes, uma decisão, e avancem com medidas de apoio às famílias com crianças com necessidades especiais, para aliviar a grande pressão dos pais e permitir que estes e as suas crianças recuperem o sorriso.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 06.06.2019

Este é o ano em que se assinala o 30.º aniversário do Protesto de 4 de Junho. Em princípio, a avaliação oficial não releva para a verdade histórica. Todavia, para que os compatriotas consigam desatar os nós do coração e fazer com que o País siga o rumo correcto da democracia, esperamos, então, que esse movimento estudantil de 1989 possa vir a ser reabilitado com a maior brevidade possível, devolvendo a justiça às vítimas, incluindo: 1) criar uma comissão de investigação, para se proceder a uma averiguação independente e imparcial; 2) dar uma satisfação aos familiares das vítimas e dos desaparecidos; 3) atribuir, nos termos legais, a devida indemnização às vítimas e às suas famílias; 4) imputar as adequadas responsabilidades legais.

IAOD do Deputado Au Kam San em 06.06.2019

Esquecer a história significa traição. Há que insistir na “verdade, indemnização e responsabilização”!

O movimento patriótico de 1989 acabou no incidente sangrento de 4 de Junho, e já lá vão 30 anos. Depois de 30 anos, ainda não há justiça para as vítimas, que continuam a ser apelidadas de bandidos, e os seus familiares continuam a enfrentar esta miséria sem fim. É isto que não conseguimos esquecer.

Há quem diga que o Movimento 4 de Junho já passou, que a repressão violenta a este movimento pró-democracia é assunto duma dinastia anterior, e nada tem a ver com a dinastia actual. É obviamente um pouco ingénuo considerar que este movimento e tragédia são já história e que não devem ser imputadas responsabilidades. Na cerimónia nacional de homenagem às vítimas do Massacre de Nanjing em 2014, o Presidente Xi Jinping disse o seguinte: “Esquecer a história significa traição, negar a culpa significa reincidência. (...) As pessoas não devem nunca esquecer os graves crimes cometidos pelos invasores.” Mas o termo “invasores” pode ser substituído por “tiranos”. A diferença é que os invasores que matam o nosso povo são de outro país, enquanto os tiranos são governantes que matam o seu próprio povo. E em ambos os casos trata-se de crimes imperdoáveis. Vários primeiros-ministros japoneses pediram já desculpa ao povo chinês pelo sofrimento causado pela invasão japonesa e pela violência do massacre de Nanquim, e continuamos a exigir a cada novo primeiro-ministro japonês que apresente desculpas pela invasão do Japão à China e pelo massacre de Nanquim, porém, ao longo dos últimos 30 anos, os governantes de Pequim nunca pediram desculpa às vítimas do 4 de Junho, nem pagaram indemnizações aos seus familiares, nem pediram desculpas a todos os compatriotas da nação chinesa pela maldade praticada. Então, o que significa isto?

Apesar da grande pressão exercida pelos governantes durante estes 30 anos, o grupo “mães de Tianmen”, composto por familiares das vítimas do 4 de Junho, continua a insistir em cinco reivindicações: “(1) os familiares dos que morreram no incidente têm o direito de homenagear publicamente os seus mortos; (2) os familiares dos mortos e os deficientes têm o direito de receber apoio humano de todos os sectores; (3) Parar a perseguição aos deficientes e familiares dos mortos;

(4) libertar todos os presos políticos detidos neste movimento; (5) publicar a verdade sobre este movimento e imputar as respectivas responsabilidades. Hoje em dia, estas solicitações estão sintetizadas no seguinte: “verdade, indemnização e responsabilização”. Portanto, sem isto, esta história não terá fim.

De facto, até para o próprio PCC este assunto não acabou, pois todos os anos, ao longo de mais de 30 anos, tem exercido um terror branco durante os meses de Maio e Junho: as “mães de Tiananmen” vão viajar, entre aspas, são sujeitas a prisão domiciliária, e desaparecem da circulação; e os indivíduos considerados dissidentes ficam sob vigilância rigorosa e até são impedidos dos seus convívios mensais. Alguns deles romperam as barreiras, participaram nesses convívios, acabaram acusados dos crimes de agitação e provocação, foram condenados e privados da advocacia. De todos desconfia o coração culpado! Aliás, quem faz o mal é que tem medo da afronta de outrem, e o encobrimento expõe ainda mais a verdade. De facto, o 4 Junho é mais difícil de esquecer para os detentores do poder do que para o povo e as vítimas. Mais, veja-se o caso de Li Wangyang, revelado há sete anos. O senhor Li Wangyang foi condenado a 13 anos de prisão pelo “crime de incitação e promoção da contra-revolução”, devido à sua participação no protesto em 1989, e, em 2001, foi condenado a 10 anos de prisão pelo crime de subversão contra o poder do Estado, portanto, um total de 22 anos de prisão. Só em Maio de 2011 é que saiu da prisão. Apesar de ter sofrido muito, Li Wangyang aceitou corajosamente dar uma entrevista, denunciando a perseguição do PCC. Uns dias depois, Li Wangyang, que tinha dificuldades motoras e nem tinha forças para ficar de pé, foi encontrado morto, pendurado ao lado da janela. Segundo a conclusão oficial, tratou-se de “suicídio”. Antes da sua morte, Li Wangyang afirmou, na tal entrevista, que “todos são responsáveis pela glória e declínio do País, assim, para que este se transforme numa sociedade democrática, não recuo, mesmo que seja eu o decapitado!” Ninguém acredita que este homem de ferro ia suicidar-se, aparentemente, terá sido “suicidado”. Em Abril deste ano, já mais próximo da actualidade, devido ao facto de ter fabricado, há anos, um vinho comemorativo cujo título era “Ming Ji Ba Jiu Liu Si” (que significa foneticamente recordar o 4 de Junho de 89), quatro pessoas, uma destas Chen Bing, foram acusadas do “crime de incitação e provocação”; o seu julgamento só teve lugar depois de mais de mil dias de prisão preventiva, e todas foram condenadas. Se o 4 de Junho fosse já coisa do passado, seria crime dar aquele nome ao vinho? Isto é história ou realidade? É um crime das dinastias anteriores

ou da actual?

A afirmação é a mesma: o 4 de Junho não é história, é sim uma realidade. De facto, foi um pecado cometido pela dinastia anterior, mas, durante mais de 30 anos, todos os governos e o PCC deram continuidade a este pecado, portanto, trata-se de um pecado conjunto.

Relativamente à perseguição política ininterrupta durante mais de 30 anos, nós, enquanto parte da nação chinesa, não podemos nem devemos deixar passar em branco os pecados cometidos pelo poder do Estado! Isto porque “esquecer a história é traição”! Por isso, apoiamos as solicitações das “mães de Tiananmen”, que insistem na “verdade, indemnização e responsabilização” até que seja feita justiça às vítimas!

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 06.06.2019

Não esquecer o 4 de Junho e defender a liberdade

“Face à repressão contra o movimento democrático e patriótico dos estudantes de Pequim, estamos extremamente preocupados, e dirigimos ao Governo da China e aos dirigentes do Governo e do PCC o seguinte apelo urgente: o movimento dos estudantes de Pequim tem natureza democrática e patriótica, não é um tumulto, e merece reconhecimento.” - União Geral das Associações dos Moradores de Macau, Junho de 1989.

“Acarinhar as nossas crianças e os jovens; reconhecer a natureza democrática e patriótica do movimento estudantil de Pequim. Desarmar; levantar o recolher obrigatório; encarar o movimento estudantil de forma pacífica e democrática.” - Associação Geral das Mulheres de Macau, Junho de 1989.

“Consideramos que o movimento estudantil de Pequim tem carácter democrático e patriótico, e merece reconhecimento, compaixão e protecção.” - Associação Comercial de Macau, Junho de 1989.

“Declaramos seriamente que, em prol do interesse da população e do futuro do País, é nossa responsabilidade indeclinável apoiar o movimento democrático e patriótico de Pequim, e que nos opomos firmemente ao uso da violência armada contra o povo.” - Federação das Associações dos Operários de Macau, 4 de Junho de 1989.

“Decide-se, face ao indignante e angustiante acontecimento no País, cancelar as comemorações e o jantar do 57.º aniversário da escola.” – Escola Hou Kong, 7 de Junho de 1989.

O que significam 30 anos? Passaram-se 10 957 dias e noites, então, os que estão hoje aqui presentes ainda são os mesmos de há 30 anos? Ao longo destes 30 anos, quantos são os que ainda defendem a convicção e a intenção originais?

Na passada noite de 4 de Junho, efeméride dum feito histórico que “custa recordar, mas é difícil de esquecer”, as pessoas de Macau reuniram-se, como de

costume, na vigília no Largo do Senado, para não deixar morrer as flores da liberdade neste solo árido de democracia. Muitas pessoas esperam que, através dum inquérito independente, da indemnização e do apuramento de responsabilidades, a justiça seja restituída, e que o País, depois de resolvido este nó no coração, enverede por um caminho mais democrático e aberto.

Nestes 30 anos, o País e o mundo conheceram mudanças vertiginosas, e “olhar para a frente” tornou-se desculpa para fugir à verdade histórica, que foi substituída por uma falácia que inverte a relação causa-efeito, insinuando que sem repressão sangrenta não haveria crescimento económico. Estas afirmações ultrapassam os limites mínimos da moralidade e ameaçam erodir a memória e as feridas.

No entanto, como refere Milan Kundera, no Livro do riso e do esquecimento, a luta do Homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento, sabemos que há um longo caminho a percorrer para “restituir a justiça às vítimas, e apurar as responsabilidades do massacre”, mas continuamos a querer demonstrar, através da luzinha das velas, a nossa posição de “recusar o esquecimento”, tornando Macau num dos poucos locais das terras chinesas onde se assinala publicamente o 4 de Junho.

Todos os anos, esta época leva muitas pessoas a reflectir profundamente sobre este passado doloroso do País, e é um bom ensejo para lembrar as pessoas de Macau da importância de valorizar e defender a Política “Um País, Dois Sistemas”. Estamos separados por apenas uma fronteira, mas do lado de lá o dia 4 de Junho não existe, só se pode dizer dia “35 de Maio”, as saídas das estações e cemitérios são vedadas, as palavras sensíveis são censuradas, e os governantes, lá em cima, são gatos escaldados. Do lado de cá, sentimo-nos felizes por poder ter um dia “4 de Junho”, e a luzinha das velas é a distinção mais clara entre os dois sistemas, aclarando esta diferença que está a ficar cada vez mais ambígua. Podemos recordar as vítimas e avistar o futuro da democracia, respirando um ar livre que os do outro lado da fronteira podem não sentir.

Porém, como afirma Wang Dan, um dos líderes do movimento 4 de Junho, “a liberdade aparece sempre com pompa e circunstância, mas desaparece sempre despercebidamente”. A liberdade não é um dado adquirido, e não podemos

garantir que as nossas ondas radiofónicas, redes sociais, colunas dos jornais e reuniões públicas não sejam um dia proibidas, que os defensores da justiça não sejam condenados por agitação social e perturbação da ordem pública. Por isso, o mês de Junho desperta a nossa atenção para a necessidade de defender os existentes direitos e liberdades, que, tal como o ar, são intangíveis e inodoros, mas quando se perdem, morre-se imediatamente de asfixia.

Hoje, 30 anos depois, a Praça foi já há muito limpa, já não estão connosco os que pereceram naquela noite, e o momento histórico cristalizou-se para sempre, mas o significado histórico do 4 de Junho tem-se transformado e tem sido uma gigantesca força motriz que nos leva a olhar efectivamente para a frente. Se, enquanto pessoa, a determinação de hoje for a opção pelo oblívio, o fantasma do 4 de Junho nunca se dissipará e Tiananmen poderá ser num qualquer local, e para nós, o fogo dos canhões dos tanques não estará longe.

Permitam-me concluir com uns versos da canção “Flores da liberdade”: as dores do passado passam a força com o volver dos anos, e o ideal é a eterna procura pela réstia da verdade.

Não se pode esquecer o 4 de Junho! Nunca desistir!

IAOD da Deputada Leong On Kei em 06.06.2019

Os Serviços de Saúde realizaram inspecções e descobriram que há em Macau clínicas privadas que armazenam e fornecem ilegalmente diversos tipos de vacinas; não cumprem os critérios de armazenamento, não disponibilizam informações às pessoas que marcam consulta para vacinação e violam a norma de proibição de fornecimento de vacinas por médicos privados. Após a revelação do incidente, este tornou-se alvo de quentes discussões na sociedade, e alguns cidadãos manifestaram desconhecer essa norma.

Nos últimos anos, a situação epidemiológica das doenças transmissíveis em todo o mundo tem sido cada vez mais activa, e a consciência dos cidadãos sobre a saúde tem aumentado. Mas, com certa frequência, ainda há casos em que os cidadãos pagam, por sua iniciativa, para a administração de vacinas não abrangidas no “Programa de Vacinação”. Face aos incidentes do ano passado da “vacina venenosa”, no Interior da China, que chocaram toda a gente, muitos turistas optaram por vir a Macau para vacinação, e a procura de vacinas é maior do que a oferta. De um momento para o outro, o número de pessoas vacinadas nos hospitais públicos e privados e nas clínicas privadas aumentou em flecha, por exemplo, para a administração da vacina “HPV 9-valent” há uma lista de espera de mais de meio ano.

Segundo alguns cidadãos e turistas, a fim de obter benefícios, determinadas clínicas privadas oferecem um serviço de vacinação imediato a pessoas ansiosas, fazendo, para o efeito, propaganda através de meios ocultos, nomeadamente na internet ou por recomendação dos seus clientes regulares. Nestas circunstâncias, tanto a origem como a qualidade das vacinas não oferecem garantias.

Este acto ilícito de vacinação é praticado, de um modo geral, através de meios altamente ocultos, e os cidadãos e turistas, na sua maioria, por desconhecerem a lei, não sabem que tal vacinação é ilegal e, por isso, não oferece qualquer garantia. Isto dificulta muito os trabalhos de fiscalização e de combate dos serviços competentes. Assim, para além de reforçar a fiscalização regular, as autoridades competentes devem exigir responsabilidades a tais clínicas, e investigar a proveniência de tais vacinas e as respectivas formas de entrada em Macau, por forma a destruir toda a cadeia desta actividade ilegal. Em paralelo, devem ainda

reforçar a divulgação dos conhecimentos ao nível médico e jurídico junto da população e dos turistas, através da internet e dos multimédia, bem como dos meios de denúncia, a fim de salvaguardar o ambiente e a credibilidade do nosso sistema de saúde.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 06.06.2019

Apoio à criação de um sistema de cooperação entre os bancos comerciais de Macau e os dos Países de Língua Portuguesa

Em Macau, aplica-se um regime de economia livre, a circulação de capitais é livre, o regime fiscal é simples, as reservas financeiras são abundantes, e a supervisão financeira está em conformidade com os padrões internacionais e é reconhecida por organizações internacionais, por isso, Macau é uma boa plataforma para a cooperação e o desenvolvimento económico. O Governo Central definiu o posicionamento de Macau como “Plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, por isso, Macau tem intensificado, nos últimos anos, as relações de amizade com os Países de Língua Portuguesa, e desempenhado um papel cada vez mais importante no apoio à China, para esta poder desenvolver a cooperação económica e comercial com os Países de Língua Portuguesa, nomeadamente na área dos serviços financeiros, que já produziu resultados frutíferos, por exemplo, a prestação de serviços de liquidação em Renminbi aos bancos dos Países de Língua Portuguesa; a oferta cada vez mais alargada de serviços financeiros transfronteiriços para o financiamento entre a China e os Países de Língua Portuguesa; o estabelecimento duma colaboração comercial estreita com instituições como o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Fundo da Cooperação Económica China-ASEAN, o Fundo da Cooperação Económica China-Europa, o Fundo de Cooperação Económica China-Eurasia, etc., para fornecer serviços financeiros e canais de cooperação para os projectos dos Países de Língua Portuguesa que necessitam de capitais.

Acreditamos que Macau está a desempenhar bem o seu papel na criação da Plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Estes resultados foram obtidos graças à importância e ao apoio dado pelo Governo Central à cooperação e ao intercâmbio com os Países de Língua Portuguesa, graças ao apoio das políticas do Governo da RAEM e às orientações das autoridades de supervisão financeira, graças aos esforços conjuntos do sector financeiro de Macau. O referido papel também proporcionou ao sector bancário de Macau novas oportunidades de

desenvolvimento noutros mercados e a criação de serviços inovadores.

Para enriquecer e aprofundar a essência da plataforma de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o sector bancário de Macau lançou, recentemente, duas iniciativas importantes: primeiro, a assinatura de um acordo pelas Associações de Bancos de Macau, de Portugal, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, e pela Associação de Bancos e de instituições financeiras da Guiné-Bissau, para promover a cooperação entre os bancos comerciais de Macau e dos países lusófonos, aproveitando as vantagens de cada um ao nível da informação, quadros qualificados, produtos e capitais, para intensificar a cooperação e a complementaridade, unindo forças para melhorar os serviços financeiros no âmbito da cooperação comercial entre a China e os países lusófonos; segundo, testou-se a plataforma de serviços de investimento e de financiamento entre a China e os países lusófonos, com vista a criar uma ponte de comunicação aberta e elo de cooperação entre aqueles países, construindo-se um sistema de cooperação financeira seguindo os princípios da negociação e construção conjuntas e do usufruto mútuo.

Com a construção da plataforma de serviços financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa, a cooperação vai ser bastante ampla, portanto, a criação da referida organização cooperativa e da plataforma de serviços de investimento e de financiamento é uma tarefa importante, e numa fase inicial, o seu funcionamento depende principalmente dos recursos injectados pelas associações do sector e pelos bancos respectivos. Como essa organização e plataforma envolvem organizações transnacionais e multilaterais, e a sua manutenção exige recursos, a atenção e o apoio permanente do Governo da RAEM são indispensáveis para as mesmas conseguirem melhores resultados.

IAOD do Deputado Chan Wa Keong em 06.06.2019

Reforçar o apoio à transmissão do património cultural intangível

Macau é um ponto de encontro das culturas ocidental e oriental e tem centenas de anos de história cultural, é uma cidade de cultura. O nosso património cultural, tangível e intangível, contém características orientais e ocidentais. Em 2013 foi elaborada a Lei de salvaguarda do património cultural e, nos últimos anos, o Governo da RAEM tem feito muito trabalho no âmbito da preservação do património e da cultura, o que merece o nosso aplauso.

Na inventariação do património cultural intangível foram incluídos 15 projectos, alguns dos quais não são generalizados e o número de participantes é baixo, portanto, a falta de divulgação e de apoio suficiente impedirá a sua transmissão, podendo resultar na sua exclusão da inventariação.

Nos termos da alínea 3) do n.º 1 do artigo 73.º da Lei de salvaguarda do património cultural, o Instituto Cultural tem o dever de incentivar as entidades privadas a participar na inventariação do património cultural intangível, proporcionando-lhes apoio técnico adequado.

Assim, proponho ao Governo que reforce o cumprimento deste deveres, intensifique ainda mais a divulgação e a promoção do património cultural intangível, e que preste mais apoio técnico e financeiro à transmissão do património cultural intangível.